



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIO DE DIREITO – 2015
CADERNO DE PROVA

Leia com atenção as instruções abaixo:

1. Ao receber este caderno, verifique se ele contém 40 questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1a a 40.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
4. A duração da prova é de 3h e 30 minutos, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
5. Não amasse nem dobre a FOLHA DE RESPOSTAS; ela é insubstituível e será o único instrumento de aferição da nota.
6. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
7. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel, celular etc.).
8. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora, após o início da prova.
9. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.
10. Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
11. Ao sair da sala, entregue ao fiscal este CADERNO DE PROVAS, juntamente com a folha de respostas.

I SELETIVO - 2015



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 01

Caio, no período noturno e fazendo uso de um pé de cabra, conseguiu abrir a porta da agência do Banco do Brasil de Bacabal - MA, de onde subtraiu a quantia de R\$ 10.000,00. Considerando que o Banco do Brasil é uma sociedade de economia mista federal, qual a Justiça competente para processar e julgar Caio?

- a) Justiça Federal, devendo os autos tramitar na Subseção de Bacabal - MA.
- b) Justiça Federal, devendo os autos tramitar na Seção de São Luís - MA.
- c) Justiça Estadual.
- d) Justiça Militar.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As causas em que a União for a parte autora serão propostas sempre em Brasília.
- b) Os Tribunais Regionais Federais não poderão funcionar descentralizadamente, sendo vedada expressamente a criação de Câmaras Regionais.
- c) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de membros da Defensoria Pública da União, com mais de dez anos de carreira, indicados em lista tríplice pelas Chefias dos respectivos órgãos.
- d) Os servidores do Poder Judiciário poderão receber delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.

QUESTÃO 03

João, segurado do INSS, reside em comarca que não é sede de vara do juízo federal, razão pela qual propõe Ação Previdenciária perante a Justiça estadual. Após 6 meses, o juiz estadual profere sentença julgando improcedentes os pedidos do autor. A apelação interposta contra essa decisão será julgada:

- a) Pelo Tribunal de Justiça ao qual o juiz estadual está vinculado.
- b) Pelo Tribunal Regional Federal competente na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.
- c) Pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Pelo juiz federal competente na Subseção Judiciária.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva do Poder Público Federal.
- b) A saúde é direito de todos e dever do Estado.
- c) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, porém a Constituição Federal proíbe a participação de instituições privadas no Sistema Único de Saúde - SUS.
- d) O acesso à assistência social depende de prévia contribuição do beneficiário à seguridade social.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É possível criar, majorar ou estender benefício ou serviço da seguridade social, ainda que não exista a respectiva fonte de custeio, desde que referida medida vise a diminuição das desigualdades sociais.
- b) A universalidade da cobertura e do atendimento é um dos objetivos da seguridade social.
- c) A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.
- d) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

QUESTÃO 06

A incapacidade civil dos menores cessará:

- a) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
- b) Pelo exercício de estágio remunerado.
- c) Somente pela emancipação, desde que concedida pelos pais e necessariamente homologada pelo juiz.
- d) Somente pelo casamento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 07

Aponte a assertiva **CORRETA**.

- a) Somente poderão requerer a proibição da divulgação da imagem de quem já morreu, bem como a indenização que lhe seja devida decorrente de mácula à honra do falecido, o cônjuge e seus descendentes.
- b) Não gozará da mesma proteção dada ao nome, o pseudônimo adotado para atividades lícitas.
- c) Desde que depois da morte, é válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, podendo este ato de disposição ser livremente revogado a qualquer tempo.
- d) O uso do nome alheio independe de autorização, desde que destinado à propaganda comercial.

QUESTÃO 08

Acerca do Código Civil, assinale a alternativa correta, no que diz respeito ao domicílio:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo temporário ou definitivo.
- b) Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- c) Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Exterior, a que ela corresponder.
- d) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, mesmo sem a intenção manifesta de o mudar.

QUESTÃO 09

Aponte a alternativa **CORRETA**:

- I. O pagamento espontâneo consiste em fato do interessado incompatível com a prescrição, correspondendo, a sua ocorrência, à renúncia tácita.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

- II. Os prazos prescricionais só poderão ser modificados através de acordo firmado entre as partes.
- III. Sob pena de preclusão, a prescrição só poderá ser alegada em primeiro grau de jurisdição.
- IV. A prescrição iniciada contra uma pessoa continuará a correr contra o seu sucessor.

- a) Somente II está correta.
- b) I, II e III estão erradas.
- c) Somente IV está correta.
- d) Apenas I e IV estão corretas.

QUESTÃO 10

No que diz respeito à prescrição e decadência, assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) Não havendo disposição legal em contrário, as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, aplicar-se-ão também à decadência.
- b) Não poderá o juiz reconhecer de ofício a ocorrência da decadência, quando esta for estabelecida por lei.
- c) Se fixada em lei, a decadência não poderá ser alvo de renúncia, sendo nula sua manifestação.
- d) Ainda que convencional poderá a decadência, a qualquer tempo, ser alegada por quaisquer das partes e em qualquer grau de jurisdição, inclusive de ofício pelo próprio juiz.

QUESTÃO 11

Marque a alternativa **CORRETA** a respeito da jurisdição, segundo o Código de Processo Civil (Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973):

- a) A jurisdição civil é exercida pelos advogados.
- b) Cabe aos promotores de justiça o exercício da jurisdição contenciosa.
- c) Em qualquer caso, pode o juiz prestar a tutela jurisdicional, mesmo quando a parte interessada não requerer.
- d) A jurisdição civil, contenciosa e voluntária, é exercida pelos juízes, em todo o território nacional, conforme as disposições do Código de Processo Civil.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 12

Pertinente ao Código de Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo. Poderá, todavia, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos reputados urgentes. Nestes casos, o advogado se obrigará, mediante prestação de caução, a exhibir o instrumento de mandato no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis até outros 15 (quinze), por despacho do juiz.
- b) A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.
- c) O advogado tem direito de requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 15 (quinze) dias.
- d) A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Ser-lhe-á lícito, no entanto, postular em causa própria, quando tiver habilitação legal ou, não a tendo, no caso de falta de advogado no lugar ou recusa ou impedimento dos que houver.

QUESTÃO 13

Marque a alternativa **CORRETA** quanto aos deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, de acordo com o que prevê o Código de Processo Civil:

- a) Não expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- b) Proceder com lealdade e boa-fé somente quando for conveniente.
- c) Não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento.
- d) Praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 14

Sobre os honorários advocatícios, marque a alternativa **CORRETA**, conforme dispõe o Código de Processo Civil:

- a) A sentença condenará o vencedor a pagar ao vencido as despesas que antecipou e os honorários advocatícios.
- b) Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação.
- c) O grau de zelo do advogado e o lugar de prestação do serviço não interferem na fixação dos honorários do advogado.
- d) Quando o advogado funcionar em causa própria a verba honorária não será devida.

QUESTÃO 15

Marque a alternativa **CORRETA** sobre a citação, nos termos do Código de Processo Civil (CPC):

- a) Não é possível fazer citação pelo correio.
- b) A citação pode ser feita por edital.
- c) O CPC não prevê a possibilidade de citação por meio eletrônico.
- d) A citação não pode ser feita pelo oficial de justiça.

QUESTÃO 16

Sobre os Juizados Especiais Federais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.
- b) O Juiz poderá, desde que requerido pelas partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.
- c) Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como autores, as pessoas físicas e as microempresas.
- d) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 17

Julgue os itens a seguir, acerca da audiência de instrução e julgamento:

- I. O juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; em seguida, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; finalmente, o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, se necessário;
- II. A audiência poderá ser adiada se não puderem comparecer, por motivo justificado, o perito, as partes, as testemunhas ou os advogados.
- III. Pode ser dispensada pelo juiz a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado não compareceu à audiência.

Está **CORRETO** o que se afirma no(s) item(ns):

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) III

QUESTÃO 18

Nos termos do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73):

- a) A audiência é una e contínua. Não sendo possível concluir, num só dia, a instrução, o debate e o julgamento, o juiz marcará o seu prosseguimento para o próximo dia útil. (CPC, art. 455)
- b) Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e ao do réu, bem como ao órgão do Ministério Público, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez), a critério do juiz.
- c) Quando a causa apresentar questões complexas de fato ou de direito, o debate oral será substituído por memoriais, caso em que o juiz designará dia e hora para o seu oferecimento. (CPC, art. 454, § 3º)
- d) O escrivão lavrará, sob ditado do juiz, termo que conterá, integralmente, o ocorrido na audiência, bem como, por extenso, os despachos e a sentença, se esta for proferida no ato. (CPC, art. 457)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 19

Nos Juizados Especiais Federais:

- a) As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por publicação no diário oficial. (Lei 10.259, art. 8º)
- b) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias. (Lei 10.259, art. 9º)
- c) À entidade pública ré não se impõe o dever de fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, pois ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. (Lei 10.259, art. 11º)
- d) Haverá reexame necessário quando a sentença for proferida contra os interesses da União e em desacordo com a jurisprudência dominante. (Lei 10.259, art. 13)

QUESTÃO 20

Analise os itens a seguir, acerca da audiência de conciliação:

- I. Quando o litígio versar sobre direitos patrimoniais de caráter privado, o juiz, de ofício, determinará o comparecimento das partes ao início da audiência de instrução e julgamento. (CPC, art. 447)
- II. Iniciada a instrução, o juiz tentará conciliar as partes. Chegando a acordo, o juiz mandará tomá-lo por termo. (CPC, art. 448)
- III. O termo de conciliação, assinado pelas partes tem valor de sentença e dispensa homologação judicial. (CPC, art. 449)
- IV. Em causas relativas à família, terá lugar igualmente a conciliação, nos casos e para os fins em que a lei consente a transação. (CPC, art. 447, parágrafo único)

A quantidade de itens **CORRETOS** é:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL**

QUESTÃO 21

São benefícios da Previdência Social pagos aos segurados, exceto:

- a) Aposentadoria por idade;
- b) Auxílio-doença;
- c) Salário-família;
- d) Auxílio-reclusão.

QUESTÃO 22

É requisito essencial para concessão de aposentadoria por idade:

- a) Idade de 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres, com redução de 5 anos para os trabalhadores rurais, homens e mulheres.
- b) Idade de 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres.
- c) Idade de 70 anos para os homens e 65 anos para as mulheres, com redução de 5 anos para os trabalhadores rurais, homens e mulheres.
- d) Idade de 70 anos para os homens e 60 anos para as mulheres.

QUESTÃO 23

Dentre as proposições que se seguem, assinale:

- I. O salário-família objetiva complementar as despesas domésticas com os filhos menores de 14 anos de idade ou inválidos de qualquer idade.
- II. Fazem jus ao salário-família todos os segurados do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.
- III. Apesar de previsto na Emenda Constitucional nº 72/2013, o pagamento do benefício de salário-família aos empregados domésticos depende de regulamentação.

- a) I e II são corretas.
- b) I, II e III são corretas.
- c) I e III são corretas.
- d) II e III são incorretas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 24

Acerca do auxílio-reclusão, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O requerimento deve ser instruído com certidão de efetivo recolhimento à prisão.
- b) É devido aos dependentes de todo cidadão que for recolhido à prisão.
- c) Será devido desde que o segurado recolhido à prisão não receba remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.
- d) Destina-se a garantir a subsistência digna dos dependentes do segurado de baixa renda, recolhido à prisão.

QUESTÃO 25

A respeito do benefício de pensão por morte, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste.
- b) Será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data da decisão judicial, no caso de morte presumida.
- c) Será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do requerimento, quando requerida após o prazo trinta dias do óbito.
- d) Não terá direito ao benefício o condenado pela prática de crime culposo de que tenha resultado a morte do segurado.

QUESTÃO 26

O benefício de salário-maternidade é devido:

- a) À segurada, durante 180 (cento e oitenta) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.
- b) À segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 30 (trinta) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

- c) À segurada da Previdência Social, durante 180 (cento e oitenta) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.
- d) À segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Uma vez cumprida a carência exigida na Lei nº 8.213/91, o segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, tem direito à aposentadoria especial.
- b) A data do início da aposentadoria por tempo de serviço será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade.
- c) A aposentadoria por idade será sempre devida a partir da data do requerimento.
- d) O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

QUESTÃO 28

Sobre a aposentadoria por invalidez:

- I. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento);
- II. A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, e não poderá, em hipótese alguma, ter valor inferior ao do salário-mínimo, nem superior ao do limite máximo do salário-de-contribuição.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

III. O acréscimo devido ao segurado que necessitar de assistência permanente de outra pessoa cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

- a) Estão todas corretas.
- b) Há apenas uma correta.
- c) Há apenas uma incorreta.
- d) Estão todas incorretas.

QUESTÃO 29

Sobre o auxílio doença, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- b) O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para seu trabalho ou sua atividade habitual, exceto se a incapacidade for decorrente de acidente de qualquer natureza, caso em que será devido o auxílio-acidente.
- c) Ao segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, é facultado submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade.
- d) Cumprido o período de carência exigido, o auxílio-doença será devido a todo segurado que ficar incapacitado para seu trabalho ou sua atividade habitual, independentemente da data de entrada do requerimento, a partir do trigésimo primeiro dia do afastamento da atividade.

QUESTÃO 30

Como regra geral, a renda mensal do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, inclusive decorrentes de acidente de trabalho, será:

- a) correspondente a 91% e 100% do salário-de-contribuição, respectivamente.
- b) correspondente a 91% e 100% do salário-de-benefício, respectivamente.
- c) variável entre 91% e 100% do salário-de-benefício, a depender do número de contribuições feitas pelo segurado.
- d) variável entre 91% e 100% do salário-de-contribuição, a depender do número de contribuições feitas pelo segurado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 31

Estão entre os princípios que regem a assistência social, exceto:

- a) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- b) Contributividade, ou seja, os benefícios e serviços previdenciários serão oferecidos em caráter oneroso, somente para aqueles que estiverem filiados e contribuindo para o Regime Geral de Previdência Social farão jus.
- c) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- d) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

QUESTÃO 32

Os recursos de responsabilidade da União destinados ao financiamento dos benefícios de prestação continuada, tratados na Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social) poderão ser repassados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social ao órgão responsável pela sua execução e manutenção. Este órgão é:

- a) Fundo Nacional da Assistência Social – FNAS
- b) Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS
- c) Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS
- d) Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS

QUESTÃO 33

Sobre o benefício de prestação continuada:

- I. Para efeito de concessão do Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei 8.742, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação pela e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

- II. É a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- III. A cessação do benefício não impede nova concessão do benefício, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento.
- IV. Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/3 (um terço) do salário mínimo.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- a) I, II e IV
- b) Apenas II
- c) I e III
- d) Todas

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei nº 8.213/1991, os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como:

- a) Segurados
- b) Segurados e dependentes
- c) Dependentes
- d) Nenhuma das alternativas anteriores

QUESTÃO 35

É segurado obrigatório da Previdência Social, como Segurado Especial:

- a) Aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.
- b) Quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento.
- c) Pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida.
- d) O servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

QUESTÃO 36

A inscrição do segurado especial:

- a) Será feita de forma a vinculá-lo ao respectivo grupo familiar e conterà, além das informações pessoais, a identificação da propriedade em que desenvolve a atividade e a que título, se nela reside ou o Município onde reside e, quando for o caso, a identificação e inscrição da pessoa responsável pelo grupo familiar.
- b) Será feita de forma a vinculá-lo ao respectivo grupo familiar e conterà apenas as informações pessoais e a identificação da propriedade em que desenvolve a atividade.
- c) Será feita de forma a vinculá-lo ao respectivo grupo familiar e conterà, além das informações pessoais, a identificação da propriedade em que desenvolve a atividade, se nela reside ou o Estado onde reside.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 37

Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

- I. Sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.
- II. Até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- III. Até 06 (seis) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- IV. Até 06 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- a) I, II e III, apenas;
- b) I, II, e IV;
- c) I e IV, apenas;
- d) III e IV.

QUESTÃO 38

São considerados como dependentes do segurado, no Regime Geral de Previdência social:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BACABAL

- a) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.
- b) O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.
- c) Os avós paternos e maternos.
- d) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.

QUESTÃO 39

Período de carência, de acordo com a Lei nº 8.213/1991:

- a) É o número máximo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.
- b) É o período de 12 (doze) meses após o livramento, do segurado retido ou recluso.
- c) É o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.
- d) É o período de 12 (doze) meses após cessar a segregação, do segurado acometido de doença de segregação compulsória.

QUESTÃO 40

É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado:

- a) O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
- b) O brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
- c) Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- d) A pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.